

Rubi Rodrigues¹

NÃO LOCALIDADE QUÂNTICA E LOCALIDADE METAFÍSICA



Rubi Rodrigues

RESUMO

Apesar do cuidado em considerar todo conhecimento como provisório, a ciência resulta menos modesta ao defender tanto o rigor lógico e metodológico do seu modo de proceder quanto o grau de confiabilidade dos seus resultados. Nesse contexto, do ponto de vista filosófico, surpreendem a desenvoltura e a confiança com que a Física Quântica se vale do conceito de não localidade, ao ponto de preconizar o Prêmio Nobel de Física para o seu autor. Começa-se este estudo com a intenção de examinar a consistência interna do conceito a partir de uma perspectiva metafísica, na esperança de mostrar que ele seria dispensável caso se concebesse o universo local como sendo dimensionalmente organizado, mas termina-se por realizar um percurso que se inicia no conceito de não localidade física e culmina em uma tese positiva, preconizando um conceito de localidade metafísica. Espera-se que este texto contribua, minimamente, para o amadurecimento da questão.

Termos para indexação: Não localidade. Metafísica. *Logos*. Filosofia. Ciência. Paradigma.

¹ Filósofo, pesquisador em Teoria do Conhecimento e escritor. Presidente da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal (AMLDF). Idealizador e mantenedor do fórum de debates “Segundas Filosóficas” e do *site*: <http://segundasfilosoficas.org>.

INTRODUÇÃO

O artigo publicado no *site* Inovação Tecnológica, em 1^a/2/2013, relatando experiência científica que comprova que eventos quânticos independem do tempo e do espaço, apresenta mais uma evidência a robustecer o modelo dimensional de universo que a Filosofia Olímpica adota para descrever a estrutura ontológica da existência. Segundo esse artigo, experimento conduzido por Xiao-Song Ma e colegas comprova que “em certo sentido, eventos quânticos são independentes do espaço e do tempo” e, com base nessa constatação, o artigo decreta o fim da causalidade. Esse experimento inscreve-se em uma linha de preocupações que se inaugura em Física, ainda com o famoso efeito ERP – Einstein, Rosen e Podolsky –, evolui com a demonstração de que de fato ocorrem entrelaçamentos quânticos de partículas e consolida-se com o teorema de Bell – John Stuart Bell –, que estabelece o conceito de não localidade para justificar, no ambiente quântico, a desobediência de leis do tempo e do espaço. O teorema de Bell demonstra que uma de três coisas está equivocada: ou a Relatividade Especial ou a Teoria Quântica ou o conceito de localidade, referindo-se localidade ao universo local vislumbrado pela ciência. Para termos ideia do tamanho do problema, basta lembrarmos dos avanços que a Astrofísica alcançou no século XX, amparada na Relatividade Especial; dos avanços da Mecânica Quântica, no mesmo período, confirmando sólida e consistente base teórica; e, para completar, do fato de toda a ciência moderna estar assentada sobre uma visão de universo contido no âmbito do espaço. Embora a relatividade contemple um contínuo espaço-temporal, Einstein, ao que tudo indica, nunca declarou que o tempo constituísse uma dimensão externa ao espaço, restringindo-se a indicar que o tempo era o quarto número. Na prática, o complexo foi tomado como instância irreduzível, dentro da qual o tempo configurava uma quarta dimensão, o que manteve o Universo dentro do espaço e o foco da ciência centrado na matéria. Nesse contexto, qualquer das alternativas colocadas por Bell, em 1964, renunciava grandes turbulências, para dizer o mínimo.

DESENVOLVIMENTO

Certamente os cientistas, desde o começo, deram-se conta de que o ponto mais frágil dessa trilogia era o conceito de localidade, tanto assim que adotaram um conceito de não localidade para contornar o problema. No início, não localidade invocava um significado arrojado que remetia a pretensão universo paralelo, mas, posteriormente, surgiram significados menos radicais, indicando que a natureza contemplaria não localidade; isto é, que instâncias de não localidade poderiam fazer parte do nosso próprio Universo, o que, logicamente, afigura-se mais razoável. Embora a teoria física contemple proposições envolvendo múltiplos universos, essas concepções não se ajustam muito bem às ideias predominantes, porque colocam existências que transcendem ao nosso universo local, e isso resgata uma palavra – transcendência –, a qual a ciência esforçou-se muito para trancar no armário de coisas inúteis, talvez até como reação psicológica à superação da mentalidade medieval.

Pelo que nos foi dado constatar, a limitação do Universo ao âmbito do espaço que caracteriza o atual conceito de localidade não decorreu de uma tese positiva a respeito da amplitude existencial do Universo, mas de condições circunstanciais e políticas inerentes ao esforço de estabelecimento de um pensamento científico autônomo. De um lado, exigências de rigor metodológico indicam o âmbito do espaço, local onde se constam relações estáveis entre causa e efeito, viabilizando que sequências causais concatenadas configurem

sistemas de comportamento previsível. De outro lado, o espaço e a matéria estão presentes justamente na dimensão na qual atuam os sentidos orgânicos de percepção e, por isso, constituem aquilo que, em primeiro lugar, impacta a percepção humana. Por último, e não menos importante, restringir o campo de atuação à matéria amenizava resistências e permitia noticiar ao clero que a ciência não tinha intenção de imiscuir-se em questões pertinentes à igreja e, no verso, ensejava exigir, como contrapartida, a reciprocidade de desconsiderar argumentos dogmáticos na discussão científica. Dado que, adicionalmente, o sistema de ordenadas cartesianas oferecia um modelo simples e elegante de organização do espaço, mesmo sem o amparo de uma tese formal, a amplitude do Universo acomodou-se no âmbito do espaço, e a ciência emergente, restringindo o seu campo de atuação à materialidade, acabou superando a estratégia de defesa e plasmou um conceito de imanência que não apenas dispensava e mantinha afastados os anjos e os demônios que povoavam o imaginário medieval, mas também os tornava francamente dispensáveis. A vingança parecia completa.

Hoje, porém, quando a pendência quântica já se revela anciã de quase noventa anos, é tempo de se começar a desconfiar que o apego ao modelo tridimensional de Universo pode estar represando o avanço da ciência, tanto quanto o fizeram anjos e demônios nos tempos medievais, afinal, alguns resultados confiáveis da ciência moderna já deixaram para trás qualquer esperança de que o alicerce primeiro do mundo possa ser constituído de matéria. No macrocosmo, a ciência da matéria e do espaço já tinha encontrado seu limite na tese do Big Bang. Como avançar para além dele se o espaço e a matéria teriam se originado nessa grande explosão? Como falar em antes do Big Bang se o tempo surgira ali? Da mesma forma, no microcosmo quântico, surgem evidências perturbadoras. A dualidade onda-partícula, inicialmente atribuída ao critério de medição, com os experimentos de Alberto Peruzzo e Florian Kaiser, revela-se estados constitutivos dos fótons. Ser partícula e ser onda não é mero resultado de aferição, mas faz parte da natureza da luz. De outro lado, o teste das fendas em dois obstáculos paralelos demonstra que a luz é onda, uma vez que o colapso dar-se-á em qualquer posição do segundo obstáculo, na qual a aferição seja realizada. Quais questões esses dois exemplos suscitam? Em mentes condicionadas pelo paradigma espacial, a questão imediata é saber como se dá a transição entre onda e partícula. Como é que a materialidade se constitui. Daí a ciência estar atrás da partícula de Deus, do bóson de Higgs, que seria um campo responsável por prover massa para todas as partículas quânticas. Para uma mente instrumentalizada com um paradigma metafísico, porém, os dois exemplos indicam que o alicerce da matéria deve ter compleição bidimensional e que o Universo comporta, abaixo da tridimensionalidade do espaço e da matéria, uma instância existencial de apenas duas dimensões. Afinal, a quantidade de dimensões representa evidente e notável diferença ôntica a distinguir onda e partícula. As violações das leis do tempo e do espaço acima mencionadas refletem a mesma conclusão, e a conceituação do âmbito quântico como sendo não local precisa ser entendida em todas as suas implicações, a começar com a mais relevante, porém pouco comentada, que é a de decretar a superação do modelo cartesiano de um universo contido no espaço.

Um modelo metafísico

A Ontologia, tributária da Filosofia Olímpica (RODRIGUES, 2012a), também preconiza um campo provedor, dotado da propriedade de fornecer massa para todas as partículas quânticas, tal como Higgs atribui ao seu bóson. Trata-se, porém, de uma estrutura normativa – denominada *logos* normativo – que define não apenas a compleição tridimensional – massa – dos fenômenos quânticos, mas a própria compleição organizativa existencial dos fenômenos, sejam eles quânticos ou não. Esse *logos* constitui modelo determinante do modo segundo o qual a existência pode ocorrer no Universo e, nessa condição, define modos de ser que, necessariamente, complementam-se para permitir o surgimento e a persistência, no nosso universo local, por exemplo, de uma partícula

quântica. Sabe-se que, para mudar de órbita, os elétrons intercambiam *quantum* de energia com o vácuo cósmico, de sorte que o surgimento de energia, no universo local, constitui um fato comprovado, embora não suficientemente explicado. A questão, porém, não se resume ao estabelecimento de uma organização da energia, na forma tridimensional, que tipifica a partícula e, em última instância, o que se conhece por matéria, mas também em conferir a todo fenômeno que surge, no caso, uma partícula quântica, a compleição organizacional necessária e suficiente para que o fenômeno emergente estabilize-se na existência. Como já demonstrado em outra ocasião (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012b), a existência relativa somente comporta totalidades que, invariavelmente, são dotadas de propriedades específicas e privativas que determinam que o fenômeno seja o que é e não seja outra coisa distinta. Isso, necessariamente, implica que os fenômenos manifestos, no mundo local, constituam, sempre, unidades fenomênicas e que tais unidades fenomênicas sejam definidas por uma inteligência organizativa própria. Portanto, cada uma das diferentes partículas quânticas possui inteligência organizativa privativa e ganha assento na existência relativa por constituir uma totalidade. Essa totalidade contempla uma instância material ou energética, mas não se esgota nela, tanto assim que compreende uma organização, e o conceito de não localidade surge justamente afirmando isso: nem toda a realidade está contida no espaço – que contém e comporta a matéria – e nem toda a realidade está sujeita ao tempo – que é propriedade da matéria⁽²⁾.

Esse *logos* normativo define as condições que uma partícula quântica precisa realizar até conquistar a totalidade fenomênica capaz de dar-lhe existência estabilizada no universo local. Essas condições existenciais são comuns a partículas quânticas, partículas atômicas, átomos, moléculas e todos os demais fenômenos mais complexos, inclusive o próprio Universo, constituindo essa uma das razões fundamentais pelas quais se trata de um universo organizado e persistente em seu modo de ser. Todos os fenômenos que integram um universo local precisam, obviamente, obedecer aos mesmos princípios existenciais desse universo. Ora, sabe-se que um número limitado de partículas quânticas articulam-se ou são articuladas em arranjos organizacionais específicos para a formação das diferentes partículas atômicas. Sabe-se, também, que um número igualmente limitado de partículas atômicas articulam-se ou são articuladas em outros arranjos organizativos específicos para formar os átomos – que são, também, em número limitado. Sabe-se, finalmente, que isso se repete na formação de moléculas e na formação de todos os demais fenômenos mais complexos. Dado que todos esses fenômenos obedecem à mesma estrutura existencial, impõe-se que essa estrutura existencial seja autorreplicante; isto é, que a estrutura dada em determinado nível de complexidade seja capaz de combinar-se com estruturas idênticas a si mesma, presentes no seu nível, e gerar, com essa combinação, fenômeno mais complexo, em termos organizacionais, mas que preserva ou recria a mesma estrutura existencial original. A nova estrutura precisa ser apta, por sua vez, a articular-se, no seu próprio nível, com seus pares existenciais e gerar o próximo estágio de complexidade e, assim, sucessivamente, até a constituição da totalidade universal. A estrutura capaz de fazer isso não é, certamente, uma estrutura qualquer, ao contrário, está-se propenso a acreditar que se trata de uma estrutura única e inescapável – por fantástico que isso pareça e por razões que exigiriam outro estudo.

Sendo o caso de esse modelo do *logos* normativo representar a estrutura básica segundo a qual se dá toda a existência em nosso Universo e tendo em consideração o

² As dificuldades de comunicação e de entendimento, aqui, decorrem da diferença de perspectivas entre mentes científicas que adotam como pressuposto um universo espacial e mentes metafísicas que adotam como pressuposto um universo relativo derivado de uma origem necessária. A requisição da perspectiva metafísica decorre da comprovação de que o universo teve um começo e do fato de esse começo situar-se totalmente fora do horizonte de possibilidades explicativas da perspectiva espacial. Nada disso minimiza as dificuldades de uma mente forjada na espacialidade assumir uma perspectiva metafísica e esse reconhecimento baliza todo nosso esforço descritivo.

caráter autorreplicante dessa estrutura, virtualmente estão dados elementos suficientes para que toda a estrutura possa ser deduzida e especificada⁽³⁾. Embora essa especificação não constitua objeto deste trabalho – que visa apenas a demonstrar que o conceito de não localidade torna-se dispensável, no caso de conceber-se o universo local como sendo dimensionalmente organizado –, alguns aspectos terão de ser deduzidos para fundamentar, minimamente, essa dispensa, ficando claro que, ao contrário de esgotar o assunto, estamos atendo a esse mínimo indispensável.

O caráter dimensional do universo metafísico

Cumpra, nesse sentido, primeiramente, considerar que estamos tratando da existência, especialmente, de uma existência que surge em algum momento e que, virtualmente, também desaparece em algum momento. A ciência que se propõe e possui escopo para enfrentar tal questão é, como se sabe, a Metafísica, que, naturalmente, como qualquer ciência, também possui seus axiomas. O axioma básico da Metafísica é o ser necessário que possui suficiente sustentação lógica quando se considera a Metafísica como ciência meramente noética (RODRIGUES, 2012a). Ainda segundo o autor, sustentação lógica assegura ao ser necessário tanto vigência ôntica quanto presença desprovida de limites, o que, por sua vez, implica caráter absoluto, pura potencialidade, radical simplicidade e total imobilidade. Em face desse alicerce, a Metafísica conceitua o universo local como ser relativo, também necessário e dotado de existência relativa, que emerge por transcendência a partir de uma instância absoluta. Embora isso pareça complicado para não metafísicos, a Filosofia Olímpica torna tudo isso simples ao capitalizar o fato de o conceito de amplitude dimensional comportar tanto o absoluto como o relativo e, simultaneamente, fornecer critério preciso para ordenar a complexidade. Por isso, o modelo do *logos* normativo é dimensional, organiza toda a existência, seja ela relativa ou absoluta, em instâncias dimensionais, e, assim, disponibiliza uma visão de mundo dimensionalmente organizado. Essa visão de mundo também ordena, providencialmente, tudo o que existe, do simples para o complexo, dado que a instância adimensional comporta, justamente, a amplitude capaz de comportar atributos absolutos e dado que complexidade crescente demanda, também, amplitude crescente para viabilizar-se. Com isso, segundo o modelo do *logos*, o mundo relativo estende-se, dimensionalmente, a partir da primeira dimensão, desdobra as quatro primeiras dimensões sucessivas que são necessárias e suficientes para viabilizar a complexidade conhecida e culmina na totalidade já referida e, em parte, já justificada.

Esse modelo do *logos* configura uma estrutura normativa que distingue cinco instâncias existenciais distintas e relativas que, em conjunto, configuram o campo existencial do universo local – e de todos os fenômenos que o integram, de vez que, como já vimos, trata-se de uma estrutura autorreplicante. Dado que o ser relativo emana do ser absoluto – por meio de um ato transcendental –, compreende-se que o que emerge no plano relativo – na primeira dimensão – somente pode ser um ser e que o ato transcendental configura um ato limitante. Caso assim não fosse, o ser manifesto na primeira dimensão seria outro ser absoluto e não um ser relativo determinado, o que implicaria convivência de dois absolutos, condição que configura uma impossibilidade. Essa transcendência dá-se não por uma decisão do ser absoluto, mas por necessidade estrutural da condição de potência absoluta que lhe é inerente: um ser de absoluta potência não seria absoluto sem efetivamente realizar, de sorte que o ser relativo é também, se não, precisamente, necessário, ao menos inevitável. Assim, compreende-se que o ser relativo emerge, no plano relativo, por

³ Mário Ferreira dos Santos realiza um magnífico trabalho de reconstrução da doutrina pitagórica, valendo-se apenas de fragmentos fornecidos por discípulos de Pitágoras (SANTOS, 2000). Realiza essa façanha, valendo-se de um método dialético que pressupõe apenas que uma doutrina tão longeva requer, necessariamente, um corpo de conceitos articulados em unidade dotada de grande coerência interna.

necessidade estrutural do ser absoluto que lhe confere, nesse ato, um impulso para a complexidade, um ímpeto de ser, que estará presente e poderá ser detectado em todas as instâncias de complexidade que esse ser eventualmente atingir, munindo cada realização alcançada com um impulso estrutural que a impele a superar o estágio atingido e ir além, em processo virtualmente ilimitado, no sentido de crescente complexidade. Com isso, o ser relativo e todo o mundo relativo realizam-se e caracterizam-se pelo movimento e, nisso, também, distinguem-se do ser absoluto, caracterizado pela imobilidade.

Quanto ao caráter limitante que acima atribui-se ao ato transcendental, na verdade, este não constitui atributo do ato, mas da instância unidimensional que recebe o ser relativo e lhe faculta ou proporciona a amplitude adequada e necessária ao seu movimento existencial inicial. Isso indica que a primeira dimensão do *logos* constitui uma instância limitante, na medida em que determina o ser, impondo limite à absoluta indeterminação do ser original. E, aí, percebe-se que todas as instâncias do *logos* são limitantes, impondo cada uma sua própria limitação a um ser originalmente desprovido de limites. Portanto, o modelo do *logos* ou a estrutura do *logos* opera, de um lado, como estrutura limitante do ser e, de outro, como estrutura constituinte e determinante do ente⁽⁴⁾, ao disponibilizar as instâncias de crescentes amplitudes, necessárias à viabilização do ente em toda a sua complexidade. Para compreender tanto o tipo de limitação quanto o tipo de realização que cada uma das cinco instâncias do *logos* enseja, pode-se, em lugar de focalizar uma minúscula partícula quântica, de difícil visualização, focalizar um fenômeno mais acessível e conhecido, como, por exemplo, o ser humano, pois, sendo a estrutura do *logos* autorreplicante, ao compreender-se o funcionamento de uma delas, compreende-se o funcionamento de todas, que, aliás, como vimos, são sempre a mesma.

A primeira dimensão do ente humano, segundo o *logos*, compreende o seu ser que surge na fecundação do óvulo – pois antes existiam o ser do óvulo e o ser do espermatozoide que transcendem no ato de fecundação para dar lugar ao ser que vai conduzir a realização do ente humano – e que todos nós podemos constatar presente na base de nossos pensamentos como agente pensante com o qual nos identificamos. Esse ser é determinado e, por isso, na segunda dimensão, vai assumir, ou melhor, subsumir, uma inteligência organizativa correspondente, determinante da compleição que o ente em formação adotará na sua ontogênese. Sendo essa segunda dimensão estrutural contempla a inteligência organizativa determinante dos espaços de possibilidade de realização do ente e dado que, na terceira dimensão, esse ente compreende um organismo biológico, essa inteligência organizativa estrutural contempla o código genético do organismo. Uma vez que, acima da terceira dimensão, existem ainda as instâncias da quarta dimensão e da totalidade, essa inteligência organizativa contempla, ainda, os códigos determinantes correspondentes. No caso da totalidade, o código determinante da compleição da consciência que instrumentalizará o ente humano e, no caso da quarta dimensão, as condições básicas de inserção do ente no contexto universal, dentre elas, aquelas condicionantes do seu tempo existencial. Essa segunda dimensão possui amplitude para conter codificada, de algum modo, a inteligência organizativa que o ser, imbuído de um impulso estrutural para a complexidade, movimentará, mas não possui amplitude para contemplar matéria, apenas simetrias, relações, ordem, proporções etc. Na terceira dimensão, surge a matéria, dado que está disponível amplitude para tanto. Ao surgir matéria, surgem também o espaço e as leis correspondentes e, no ente humano, o organismo que lhe confere corporeidade. Na segunda dimensão, o ser viu-se limitado à determinada inteligência organizativa, no caso, própria da espécie humana. Na terceira dimensão, a limitação revela-se espacial e material, uma vez que o organismo facultado, como se sabe, possui limites espaciais e funcionais. Nessa terceira dimensão, o processo organizativo atinge seu estágio de maior estabilidade, razão pela qual o organismo representa a âncora que estabiliza e sustenta o ente no universo local, permitindo-lhe que

⁴ A Metafísica usa o termo ente para designar o fenômeno estabelecido no universo local com alguma estabilidade e permanência e distingui-lo do ser gerador que é seu fundamento.

nele permaneça enquanto esse organismo mantiver organização em condições suficientes a abrigar, manter ou preservar o fenômeno da vida. A quarta dimensão disponibiliza o tempo necessário à ontogênese do ente humano e o desafia a administrar as suas relações com o meio ambiente e com todos os demais fenômenos com quem partilha a existência, de sorte a evitar incompatibilidades que, virtualmente, podem alojá-lo e excluí-lo dela. Aqui, o ser recebe limitação temporal. Finalmente, na instância de totalidade, manifestam-se a consciência do ser humano e a inteligência organizativa efetivamente realizada, certamente menor ou inferior à que era potencial na segunda dimensão, em alguns sentidos, e, virtualmente, também maior e superior em outros, dado que o ser humano aprende no curso da existência. Essa consciência transcende as demais partes constitutivas do ente e possui natureza distinta, como acontece com qualquer totalidade (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012b).

Algumas consequências do modelo

Segundo esse modelo, as leis vigentes em cada uma das cinco instâncias constitutivas dos entes são específicas e privativas da instância. Com isso, as leis do espaço vigoram apenas na terceira dimensão, da mesma forma que as leis do tempo, apenas na quarta. Isso já sugere incabível esperar que o mundo quântico comporte-se segundo as leis do tempo e do espaço, quando ele extrapola a terceira dimensão e penetra na segunda. Embora a Física Quântica comece contemplando partículas que são componentes da terceira dimensão, o que ela efetivamente almeja e objetiva é compreender a inteligência organizativa que possibilita a emergência da matéria; isto é, aquilo que, estruturalmente, antecede a matéria. Segundo o modelo do *logos*, essa inteligência organizativa constitui componente da segunda dimensão do Universo. Para situar bem essa segunda dimensão universal – que aqui nos interessa em particular –, convém destacar mais um aspecto. Observe-se que, segundo o modelo do *logos*, todo o mundo relativo é obra do ser e da inteligência organizativa que ele movimenta na sua construção. Há, portanto, um ser correspondente ao planeta Terra bem como há um ser correspondente ao nosso universo local. Consequentemente, haverá também uma inteligência organizativa correspondente a cada um desses seres. Observando a instância tridimensional do ente humano, percebe-se que o seu organismo comunga, compartilha e está conectado com a terceira dimensão do planeta e, também, com a terceira dimensão do Universo. Embora, em certo sentido, o ser humano esteja contido no planeta e o planeta contido no Universo, em sentido dimensional, eles são copertinentes na terceira dimensão e, ao que tudo indica, essa condição estende-se a todos os fenômenos relativos existentes, todos copertinentes nela. Com isso, infere-se provável que as inteligências organizativas que instrumentalizam todos os seres do Universo sejam também copertinentes na segunda dimensão, embora cada ser concentre-se, primeiramente, naquela que lhe é indispensável para viabilizar o seu ente particular. Essa hipótese já foi aventada por Ervin Laszlo (LASZLO, 2008), com seu Campo Akáshico universal, que ele defende tratar-se de um registro holográfico de tudo o que, no Universo, já ocorreu. De qualquer modo, esse sucinto panorama do Universo descortinado pelo modelo do *logos* normativo parece suficiente para evidenciar que uma visão dimensional de Universo, de feitio metafísico, torna o uso do termo não local inadequado para indicar o âmbito focalizado pela Física Quântica. Da mesma forma, pensamos ter apresentado evidências suficientes para justificar que, de fato, a instância quântica da segunda dimensão não está sujeita às leis do tempo e do espaço – como, tampouco, o estão a primeira com seu ser e a totalidade com sua consciência. Por último, quer-nos parecer que essa precisa separação das instâncias do mundo e das leis correspondentes desautoriza denunciar o conceito de causalidade, como o artigo citado no início o faz, pois, embora inaplicável ao plano quântico, o conceito mantém-se útil e funciona muito bem no âmbito do espaço.

CONCLUSÃO

O conceito de não localidade, na condição de proposição negativa, já continha em seu DNA o gene da provisoriedade. Nesse sentido, como assentar algo sobre uma negação? Por outro lado, as razões do seu advento inviabilizam uma tese positiva de localidade circunscrita ao espaço ou ao espaço-tempo. Portanto, o espírito humano está certo ao intuir indispensável uma contribuição da Metafísica. Agora, é preciso reconhecer que o mundo dimensional oferecido pelo *logos* normativo e, precariamente, esboçado no texto, afigura-se muito estranho, para dizer o mínimo. No entanto, seria lícito esperar que algo de verdadeiramente novo deixasse de ensejar estranheza e virtualmente repulsa? Ou isso se afigura natural, em se tratando de novidade? Quer-nos parecer que o novo não causaria repulsa, apenas caso não fosse realmente novidade, ou se o leitor já o tivesse intuído e já tivesse realizado a transição para o novo. De qualquer forma, convém dar tratamento científico e não emocional à questão, o que implica levar em conta as vantagens comparativas da perspectiva. Um mundo dimensionalmente concebido e dimensionalmente interconectado revela-se, efetivamente, fantástico, tanto quanto se revelam fantásticos um ser, uma inteligência organizativa e uma consciência não sujeitos às leis do tempo e do espaço. Mas qual dos fenômenos que a natureza nos oferece pode ser rigorosamente classificado como prosaico? Não será o caso de o mundo ser realmente fantástico e essa impressão de simplicidade resultar de uma indevida transferência para a realidade objetiva, de simplificação operativa inerente à nossa subjetividade? De qualquer maneira, uma civilização prática e pragmática como a nossa vai exigir que se esclareça em que medida efetivamente existem ganhos suficientes para justificar mudança de tal envergadura. Em uma visão metafísica do Universo, o centro do mundo é o ser, um ser imbuído de um impulso inesgotável para a complexidade, e a inteligência organizativa com a qual a complexidade paulatinamente é viabilizada e avança. Embora esse ser não indique apenas o ser humano, certamente uma civilização orientada pelo ser e para o domínio da inteligência organizativa deve ser mais amistosa para com todos os seres presentes do que uma civilização centrada no ter e na materialidade. O fato de a inteligência organizativa ser o fator mais abundante do Universo e a matéria o fator mais escasso dispensa considerações complementares. Em um mundo ordenado em dimensões comuns e interconectadas, os experimentos de emaranhamento de partículas e de mentes ou percepções ficam, plenamente, justificados. Todos os fenômenos estão, estruturalmente, conectados. Em um universo “que surge do nada” e onde apenas a terceira dimensão contempla leis do espaço, fica justificado eventual período inflacionário inicial capaz de justificar a separação de estrelas e galáxias. Embora essa relação de exemplos pudesse ser estendida para além do razoável neste artigo, há uma potencialidade que se afigura decisiva independentemente de outros ganhos adicionais. Trata-se do fato de a estrutura do *logos* normativo contemplar cinco instâncias de amplitude diferenciadas e sucessivas na construção da complexidade. Essas amplitudes ensejam cinco padrões distintos de movimentos, precisamente correspondentes às amplitudes. Isso significa que cada instância contempla um padrão de interação e que o *logos* revela-se potencial candidato a resolver a questão do campo unificado, não apenas acomodando as quatro formas de interação conhecidas, mas também dando boas pistas para se localizar a quinta, cuja existência já foi percebida. Caso o modelo resolva essa questão, também para os físicos, o mundo cartesiano estará, conceitualmente, superado. Para encerrar, um desafio ao leitor: em que hipótese pode-se assentar a esperança de minúsculos seres bípedes, comensais de um pequeno planeta, situado na rabeira de uma galáxia qualquer, pretenderem entender como o Universo surgiu e funciona, a não ser no caso de existir uma estrutura organizativa autorreplicante que seja a mesma para a partícula e para o cosmo, e que o cérebro dessas criaturas seja projetado justamente para operar e entender a inteligência organizativa que essa estrutura naturalmente potencializa e com a qual esse Universo se edifica?

REFERÊNCIAS

LASZLO, Ervin. *A ciência e o campo Akáshico: uma teoria integral de tudo*. Tradução de Aleph Teruya Eichemberg e Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2008, 191 p.

RODRIGUES, Rubi G. *Metafísica com status científico*. Segundas Filosóficas, Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/metafisica-com-status-cientifico/>>. Acesso em: 7 fev. 2013.

RODRIGUES, Rubi G.; RODRIGUES, Jonatas Gustavo. Inteligência organizativa: uma discussão entre a parte e o todo, 2012b, *Redes: Revista Capixaba de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória, ES*, 2º sem. 2012. Disponível, também, em: <<http://segundasfilosoficas.org/inteligencia-organizativa-uma-discussao-entre-a-parte-e-o-todo/>>. Acesso em: 7 fev. 2013.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Pitágoras e o tema dos números*. São Paulo: IBRASA, 2000. 240 p.